

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.264 - AM (2019/0040733-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : DENZER WASHINGTON LIMA BEZERRA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por **DENZER WASHINGTON LIMA BEZERRA**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Amazonas, cuja ementa registra:

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. RÉU QUE RESPONDEU AO PROCESSO EM LIBERDADE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E PERICULOSIDADE DO AGENTE. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. PRECEDENTES DO EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

1. A negativa ao direito de recorrer em liberdade, para quem passou toda a instrução criminal nesta condição de ambular, pode ser estabelecida por sentença condenatória justa e fundamentada na garantia da ordem pública, comprovada pela contumácia do condenado, habitualmente atrelado a crimes de uso e tráfico de entorpecentes; 2. Por fim, estando presentes os motivos e os requisitos para a manutenção da prisão preventiva, demonstra-se desnecessária a análise acerca da possibilidade de concessão de outras medidas cautelares, diversas da prisão, conforme precedentes do colendo Tribunal da Cidadania; 3. Estando presentes os motivos e os requisitos para a manutenção da prisão preventiva, demonstra-se desnecessária a análise acerca da possibilidade de concessão de outras medidas cautelares diversas da prisão. Precedentes; 4. Habeas Corpus Conhecido e Denegado, em consonância do Parecer Ministerial." (e-STJ, fls.1006-1007).

Consta nos autos que o recorrente foi condenado à pena de 9 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos delitos tipificados nos arts.33 e 35 da Lei nº 11.343/06.

Neste recurso, a defesa sustenta que o recorrente respondeu a todo o processo em liberdade e que não se encontram presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar.

Requer, assim, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de

modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da 4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus-AM, a serem prestadas por malote digital, preferencialmente, bem como a senha de acesso para consulta dos autos no sítio eletrônico do Tribunal de origem.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

